

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A Ambiente & Jardim, com sede em Sacavém, apresenta-se como uma empresa dedicada à prestação de serviços de limpeza e manutenção de espaços verdes. Esta empresa tem vários contratos de prestação de serviços de limpeza com organismos do Estado ou com financiamento público, como a CP – Comboios de Portugal, IP – Infraestruturas de Portugal, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

A administração da empresa não pagou os salários de maio a centenas de trabalhadores e trabalhadoras que, ao serviço da Ambiente & Jardim, asseguram as funções de limpeza e desinfeção dos comboios da CP – Comboios de Portugal e das estações ferroviárias da IP – Infraestruturas de Portugal. Segundo informações recolhidas pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda junto dos trabalhadores afetados, os responsáveis da empresa, além de estarem em falta com o pagamento dos salários, não respondem aos contactos dos funcionários com vista à regularização da situação, deixando este e estas profissionais sem qualquer informação ou perspetiva.

Com salários baixos e sem receberem qualquer vencimento há cerca de um mês e meio, vários destes trabalhadores relatam situações pessoais insustentáveis, em que a falta de rendimentos já atinge o núcleo fundamental das suas obrigações e contexto familiar, o que exige a imediata resolução deste incumprimento por parte da empresa.

Estes trabalhadores desempenham funções essenciais para o funcionamento do transporte público ferroviário, ainda mais relevantes no atual contexto sanitário. E, embora estejam formalmente ao serviço desta empresa intermediária, cumprem funções permanentes da CP e da Infraestruturas de Portugal.

O Governo tem, pois, particular responsabilidade e dever de atuação sobre esta matéria. Desde logo, porque se trata de um claro abuso patronal, com efeitos devastadores sobre os trabalhadores e as trabalhadoras, tratando-se de uma situação que reclama a imediata ação da Autoridade para as Condições do Trabalho. Mas também porque este incumprimento do

pagamento de salários decorre no contexto da execução de um contrato de prestação de serviços com estas entidades públicas, devendo o Governo tomar todas as iniciativas por forma a assegurar que a empresa cumpre a lei laboral e respeita os direitos destes e destas profissionais.

Segundo os trabalhadores e fonte sindical, a falta de pagamento de salário está a afetar outros trabalhadores ao serviço da empresa, também em funções em serviços públicos, nomeadamente na limpeza em hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

Acresce ainda que esta empresa tem um historial conhecido de incumprimento das suas obrigações, com vários casos de atraso no pagamento de salários e retenção do valores das contribuições para a Segurança Social. Esta atuação levou mesmo a empresa a adotar vários nomes ao longo dos últimos anos – Ambiente & Jardim, Ambijardim, Ambiente & Jardim II –, como forma de contornar os efeitos da sua reiterada conduta de incumprimento da lei. Apesar deste histórico, que deveria alertar o Governo, esta empresa mantém uma vasta atividade baseada na celebração de contratos para a prestação de serviços em vários organismos do Estado ou com financiamento público.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Governo conhecimento da situação de salários em atraso que afeta os trabalhadores e as trabalhadoras da limpeza dos comboios da CP e estações ferroviárias da IP, ao serviço da Ambiente & Jardim? É do conhecimento do Governo outras situações de salário em atraso na empresa, nomeadamente cumprindo funções em organismos públicos?
2. Que diligências estão a ser tomadas ou serão tomadas pela Autoridade para as Condições do Trabalho, por forma a obrigar a empresa a regularizar o pagamento dos salários?

Palácio de São Bento, 9 de junho de 2021

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

ISABEL PIRES(BE)

JORGE COSTA(BE)